

Plataforma

Mais Bloco, Mais Algarve!

Ambiente, desenvolvimento, igualdade e qualidade de vida no nosso Algarve

A **Plataforma Mais Bloco, Mais Algarve!** nasce e cresce do encontro de vontades de camaradas com diferentes alinhamentos no passado.

A **Plataforma Mais Bloco, Mais Algarve!** resulta da vontade militante de renovar e redinamizar a atividade política, celebrando a diversidade de posição política à esquerda que tem permitido albergar militantes mantendo o bloco um partido/movimento onde a esquerda pode habitar.

1 Mais Algarve

É fácil elencar um enorme conjunto de pontos para qualquer plataforma política, mas a ação política centra-se nas escolhas que em cada tempo somos capazes de fazer. Optamos por plasmar de forma clara e inequívoca aquelas que entendemos serem as prioridades da ação política do Bloco de Esquerda para o Algarve tendo por base os princípios do socialismo, sem prejuízo da necessidade do exercício dialético de uma reflexão e aprofundamento por todo o coletivo.

Desenvolvimento Económico e Social e Sustentabilidade Ambiental não são antagónicos. Eco-Socialismo.

O dinamismo empresarial do turismo, que representa mais de 80% da atividade económica, é também o responsável por desemprego sazonal com efeito na estabilidade das famílias e na dimensão dos subsídios de desemprego suportados pelos restantes contribuintes. Não é bom, nem para a região, nem para o país, a dependência, como nas colónias europeias, de uma monocultura que torna as regiões dependentes e frágeis, sobretudo sendo o turismo uma atividade económica muito dependente de conjunturas externas muito volúveis.

O Algarve precisa de uma estratégia de **transformação económica e social da sua economia**, com o incentivo à produção agro-alimentar endógena, apoio à instalações de indústrias adaptadas às características da região e às suas potencialidades, articulando ambiente de qualidade e desenvolvimento sustentável: Produção primária, pesca e agricultura; indústrias transformadoras de produtos regionais; produção de energias limpas e respetivas tecnologias, de desenvolvimento de tecnologias da saúde e um forte apoio aos centros de investigação no sentido de atrair para a região cooperação internacional em matéria de investigação e desenvolvimento.

Mais Algarve. O interior é um recurso, não um deserto!

É hora de promover, no âmbito da região, o desenvolvimento de um novo paradigma, uma nova visão estratégica que suporte o combate ao despovoamento e à desertificação do interior algarvio: a visão integrada entre o global e o local, a valorização dos recursos endógenos e do património cultural.

São fatores de desenvolvimento: Serviços públicos de proximidade, acessibilidades e habitação; Incremento da economia social; Fomento de projetos no domínio da agricultura e comercialização em articulação com as economias locais e o ordenamento do território orientado para o desenvolvimento económico produtivo, articulado com sustentabilidade ambiental; Apoio às organizações de desenvolvimento local e sua integração com o potencial de investigação e desenvolvimento da região, com a valorização dos organismos técnicos estatais e da Universidade no estudo das soluções alternativas.

Alterações climáticas e ordenamento do território

As **alterações climáticas**, com os consequentes aumento da frequência dos fenómenos climáticos extremos, inevitável subida do nível do mar e as profundas alterações no regime pluviométrico, estão associadas a uma economia fortemente dependente da queima de combustíveis fósseis (carbonização da economia), desertificação e destruição dos solos, à poluição química e biológica das águas superficiais e subterrâneas, assim como à escassez de água potável num futuro próximo. As ilhas barreira são um produto do processo natural e têm de a ser olhadas numa perspetiva científica, entendendo as suas dinâmicas e não as contrariar, prometendo oportunisticamente às populações o que a natureza não vai permitir que aconteça; abrir barras contranatura e encher praias de areia é deitar fora dinheiro que faz falta para as necessidades reais da região. Os documentos orientadores, como o Programa da Orla Costeira (POC) ou o Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas, não estão a ser implementados, antes prevalece a lógica selvagem de ocupação do território que os próprios estudos oficiais vinham contrariando. Consideraremos a **emergência ambiental** uma referência e um ponto central da nossa proposta política. É-nos exigida capacidade para propor e implementar alternativas que visem a mitigação dos problemas e transitar para uma nova economia assente em processos que considerem o ambiente como um eixo fundamental no desenvolvimento.

A água é um recurso crítico.

A água é um recurso escasso e continuará a sê-lo cada vez mais. As secas serão cada vez mais intensas e frequentes e inversamente, as chuvas ocorrerão de forma muito intensa, causando danos aos solos, diminuindo a infiltração para os aquíferos e provocando cheias torrenciais. A água deverá ser considerada um recurso estratégico e, portanto sujeito a controlo público. O BE deverá transformar os conhecimentos adquiridos em proposta política e movimento social.

Mais energia solar. O combate às alterações climáticas e a mitigação dos seus efeitos é um ponto central da nossa proposta política, para o Algarve e para o planeta.

O Algarve tem condições climatéricas, tecnológicas e económicas para diminuir enormemente a sua dependência dos combustíveis fósseis com recurso à produção de energias alternativas. Recusamos a prospeção do petróleo no Algarve, bem como no resto do país e defendemos a promoção do aproveitamento da energia solar e a democratização e sustentabilidade ambiental da sua produção em "mini e médio projetos", quer das chamadas "micro-geração", quer "auto-consumo"

O **desenvolvimento da agricultura** passa por uma nova lógica que respeite a natureza mediterrânea, promova os seus potenciais e assente em formas e

técnicas que assegurem a sustentabilidade a longo prazo, fomentando o controlo biológico e a fertilização orgânica. Importa contrariar a lógica que tem prevalecido nas políticas agrícolas com a proliferação de agricultura intensiva à base da aplicação de agroquímicos, do consumo insustentável de água e da exploração de mão-de-obra importada; Importa criar uma imagem de marca da região que permitirá assegurar a viabilidade económica das explorações sustentáveis, favorecendo o abastecimento do mercado local. É necessária uma política florestal adaptada à região, fator importante no equilíbrio climático, na conservação dos solos, na mitigação dos efeitos das chuvas intensas e dos fogos de verão, bem como para a sua rentabilização económica. A dimensão da produção animal determina que o Bloco defenda a solução matadouro itinerante.

A pesca tem futuro. A pesca é uma atividade a que, tradicionalmente se associa a imagem do Algarve e poderá ser elemento determinante no desenvolvimento económico e social futuro. O gradual estrangulamento desta atividade desde a adesão à União Europeia foi levando à diminuição dramática da frota e ao envelhecimento da classe piscatória. Se a pesca industrial hoje já só funciona com recurso a imigrantes, a pequena pesca está praticamente nos limites da extinção. Um plano estratégico para a reanimação da pesca no Algarve com investimento ao nível da renovação da frota, melhoria das condições de trabalho e formação inicial e contínua.

O **problema das acessibilidades** é uma necessidade central no Algarve, do ponto de vista das populações, do comércio e do turismo. A vaga promessa de um grande plano para as acessibilidades no Algarve choca de imediato com a total ausência de iniciativas no que respeita a três aspetos fundamentais: O eixo ferroviário e a sua articulação com os transportes de proximidade, a saturação da EN125 e as portagens da Via do Infante. É importante que o BE promova iniciativas para incrementar o uso corrente da bicicleta nos meios urbanos. As áreas urbanas devem ser concebidas e corrigidas em função da mobilidade de todos os cidadãos, do usufruto de equipamentos sociais e de um ambiente aprazível. A mobilidade atual não corresponde às necessidades da população nem às exigências ambientais do século XXI..

Consideramos uma prioridade da intervenção do Bloco de Esquerda a luta pela urgente recuperação do **Serviço Nacional de Saúde** na região, dos hospitais ao atendimento local, nomeadamente que os Centros de Saúde funcionem 24h/dia, ofereçam médico de família à totalidade da população, adquiram valências múltiplas de atendimento primário, da obstetrícia e pediatria, à estomatologia e na promoção da saúde. É necessário aumentar de camas nas unidades de retaguarda afetos aos cuidados paliativos e tratamentos continuados, bem como melhorar os serviços de apoio e prevenção da toxicodependência. O apoio à velhice exige aumentar o número de lugares disponíveis em lares e centros de dia públicos e criar respostas de apoio domiciliário consistentes e regulares que melhorem a qualidade de vida destas pessoas e mitiguem os efeitos da pobreza, falta de mobilidade, doenças mentais e estados físicos debilitantes.

O **acesso à habitação** é crítico no Algarve e o problema agravou-se significativamente. A especulação chegou a níveis inoportáveis: profissionais como médicos, professores e engenheiros, recusam lugares por não encontrarem casa; as empresas não conseguem trabalhadores; aumenta o aquartelamento em camaratas e contentores de trabalhadores rurais temporários; as novas famílias

não encontram casa; os jovens que pretendem ingressar na Universidade do Algarve não encontram alojamento. O Bloco de Esquerda tem de exigir políticas que garantam o direito à habitação, um dos pilares a desenvolver do Estado Social.

Mais Algarve. Mais justiça social e laboral

As sucessivas crises têm feito aumentar as dificuldades financeiras, sendo o Algarve a região do país com mais pobreza. A fome e a desnutrição afetam já um número elevado das crianças. Embora sendo uma região que contribui fortemente para a produção e para as exportações por via do turismo, essa riqueza não chega aos que trabalham, sendo conhecido o elevado nível de exploração na região.

O BE tem de dinamizar a sua relação com o movimento laboral contra a precariedade e a *uberização* e por salários e reformas justas, na certeza de que as lutas laborais são determinantes para a mudança política.

O BE tem de contribuir para a dinamização do movimento social, articulando as lutas ambientais e sociais.

2 Mais Bloco de Esquerda

Precisamos de um Bloco de Esquerda de ação e de massas, com a marca do socialismo do nosso tempo, virado para a construção de soluções unitárias, abrangente e anti sectário, que privilegie o enraizamento na base. Precisamos um Bloco de Esquerda com uma prática interna de democracia e inclusão, pois todos os que têm a coragem de se afirmar do Bloco de Esquerda fazem falta. Precisamos de um Bloco capaz de juntar forças.

Bloco de Esquerda precisa rejeitar a tendência para perspetivar a força do Bloco na ação parlamentar e nos quadros do aparelho central; o Bloco não pode basear a sua ação em declarações e propostas centrais cuja divulgação depende da boa vontade da comunicação social e que não se traduzem em movimento social; o Bloco não pode avaliar a sua força pelas sondagens e resultados eleitorais. Não aceitamos o mito de que o Bloco não tem vocação local e autárquica, pelo contrário, temos de afirmar que é dessa vocação local que virá a sua força. Um partido de propaganda, parlamentarista e eleitoralista perde o contacto com a realidade, perde-se em manobras táticas que geralmente levam a insucessos.

Mais Bloco de Esquerda significa reforçar a organização regional na base, superando os grandes défices que evidencia na implantação territorial e na ligação ao povo a nível local pelo aumento de aderentes e de núcleos.

Mais Bloco de Esquerda significa mais apoio e formação para o envolvimento dos núcleos e concelhias na ação política, assim como para o envolvimento nas expressões multiformes do movimento social. O Bloco deve estimular a descentralização e multiplicação de pólos de iniciativa, ação e reflexão, promover as redes de troca entre elas e a cultura de porta-vozes, democraticamente legitimados, que assumam responsabilidades para o exterior e para o interior. Só assim se formam quadros para as lutas e para as disputas eleitorais nacionais, regionais e autárquicas.

O Bloco de Esquerda tem de se afirmar na intervenção política e social pelo aprofundamento de políticas sectoriais e pelo aumento da capacidade de apresentar propostas alternativas baseadas no conhecimento e em princípios do

pensamento socialista e contribuir para amplos movimentos que congreguem os setores mais progressistas e nos aproximem mais da ideia de partido-movimento.

Mais Bloco de Esquerda significa assumir claramente projetos de disputa do poder a nível local, participando e dinamizando movimentos de convergência nas autarquias politicamente fundamentados no reforço da esquerda, na honestidade e em perspetivas progressistas de desenvolvimento.

Mais Bloco de Esquerda significa trazer a democracia para dentro da nossa organização, numa lógica de unidade e luta, integrando as tendências e sensibilidades num todo coerente, rompendo radicalmente com o sectarismo e a disputa de lugares. O pluralismo no Bloco de Esquerda significa o alargamento das fronteiras dos debates internos a todo o partido, incluindo na vida coletiva quem não se reconhece nas tendências ou sensibilidades organizadas. Da valorização dos múltiplos contributos, da diversidade de opinião e da ampla participação, resultam sínteses criativas na construção e definição das políticas. Um Bloco de Esquerda para a ação, de massas e plural deve substituir a velha lógica grupista da exclusão, de asfixia da democracia interna ou da conceção de que o “partido se reforça depurando-se”, que impõe um monolitismo castrador e reacionário. A disputa pela hegemonia e controlo do aparelho perverte e empobrece a vida democrática da organização, condiciona as escolhas nas listas para os cargos eletivos e desmobiliza o empenhamento dos aderentes nas lutas eleitorais. Defendemos que os funcionários das regiões devem ser escolhidos por elas para as tarefas de apoio administrativo e logístico e não indicados pela direção como agentes de controlo e imposição de orientações e pessoas, eventualmente em confronto com a direção distrital, e o Algarve é um exemplo disso. Defendemos que a escolha dos membros das listas para o círculo eleitoral, seja da competência do distrito ou região respetivo. O caudilhismo apenas significa ditadura.

Subscritores proponentes da Plataforma **Mais Bloco, Mais Algarve!**

José Manuel Baptista do Carmo, aderente n.º 1566, Faro-Tavira

Ana Filipa Piçarra Silvestre, aderente n.º 14194, Faro-Albufeira

David Eduardo Vivente Roque, aderente n.º 8209, Faro-Lagos

Rogério Rochinha Jesus Ferreira, aderente n.º 10861, Faro-Loulé

Artur António Guerreiro Sanina, aderente n.º 10653, Faro-Tavira

Luis Manuel Duarte Pessoa, aderente n.º 13361, Faro-Loulé

Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro, aderente n.º 10360, Faro-Albufeira

